O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

Produção Didático-Pedagógica

2012

VOLUME II

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação

EUNICE APARECIDA FOLLADOR CHIECO

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO COLÉGIO ESTADUAL TALITA BRESOLIN DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA: ORGANIZAÇÃO DE ACERVO DOCUMENTAL A PARTIR DA CONTRIBUIÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR E LOCAL

Unidade Didática proposta como forma de Apoio Pedagógico, apresentada ao Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná, sob orientação da Instituição de Ensino Superior Universidade Estadual de Londrina.

Área do Conhecimento: História

Orientador: Prof. Dr. Wander de Lara Proença

LONDRINA
2012

1 - FICHA PARA IDENTIFICAÇÃO
PRODUÇÃO DIDÁTICO - PEDAGÓGICA
TURMA - PDE/2012

Título: História e memória do Colégio Estadual Talita Bresolin do município de Califórnia: organização de acervo documental a partir da contribuição da comunidade escolar e local	
Autor	Eunice Aparecida Follador Chieco
Disciplina/Área (ingresso no PDE)	História e Historiografia do Paraná
Escola de Implementação do Projeto e sua localização	Colégio Estadual Talita Bresolin
Município da escola	Califórnia
Núcleo Regional de Educação	Apucarana
Professor Orientador	Prof. Dr. Wander de Lara Proença
Instituição de Ensino Superior	UEL - Universidade Estadual de Londrina
Relação Interdisciplinar (indicar, caso haja, as diferentes disciplinas compreendidas no trabalho)	Não há
Resumo	Esta unidade didática justifica-se em virtude da necessidade da construção de instrumentos adequados à preservação e à divulgação de informações sobre o patrimônio cultural e histórico do Colégio Estadual Talita Bresolin, do município de Califórnia, no sentido de recuperar, organizar e preservar o acervo histórico, devido à importância desse material como fonte de pesquisa, produção do conhecimento e da possibilidade de tornar a aprendizagem em História mais significativa para os alunos. Nessa perspectiva, considera-se importante sensibilizar a comunidade escolar: alunos, professores e, em especial, os funcionários responsáveis pela guarda dos arquivos históricos escolares, para a importância de sua preservação, evidenciando o potencial desses documentos como fontes para o desenvolvimento da temática: história e memória da instituição e da comunidade escolar. Saliento que, a democratização ao acesso deste material, permitirá também a pesquisa de profissionais da comunidade externa à instituição. A abordagem dos temas propostos será realizada através de pesquisas e leituras, previamente selecionadas pelo professor. Para tanto, é fundamental desenvolver a reflexão e a interpretação, através de exposições orais, análises e debates sobre o tema.
Palavras-chave	História. Patrimônio. Acervo. Memória.
Formato do Material Didático	Unidade Didática
Público Alvo	Alunos da 1ª série do Ensino Médio, Professores da área de História e Funcionários Administrativos do referido Colégio.

2 - APRESENTAÇÃO

Esta unidade didática tem como tema de estudo a História e Historiografia do Paraná, e será desenvolvida no Colégio Estadual Talita Bresolin de Califórnia com alunos da 1ª série do ensino médio, professores da área de História e funcionários administrativos, no período de fevereiro a julho de 2013.

Atualmente, um dos importantes objetivos do ensino da História é contribuir para que o aluno conheça e aprenda a valorizar o patrimônio histórico de sua localidade, de seu país e do mundo. Assim, alguns trabalhos podem ser desenvolvidos, no sentido de tornar esse conhecimento mais próximo dos interesses e da cultura do aluno.

Por meio do movimento de valorização e de construção das memórias locais, a compreensão do processo de construção do conhecimento histórico, bem como o seu significado chega aos alunos numa linguagem que valoriza a imaginação, o saber crítico e a memória histórica.

Para tanto, esta proposta retoma a memória do patrimônio local, a preservação da memória histórica, tendo por extensão a preocupação em salvaguardar, ou seja, preservar a escola enquanto bem patrimonial, a fim de estimular nos alunos a observação das mudanças e permanências, bem como o senso da preservação do patrimônio histórico-cultural da comunidade local.

O desenvolvimento deste trabalho permitirá a construção de instrumentos adequados à recuperação e à divulgação de informações sobre o patrimônio cultural e histórico do referido Colégio, no sentido de recuperar, organizar e preservar o acervo histórico, enfatizando a importância desse material como fonte de pesquisa, produção do conhecimento e da possibilidade de tornar a aprendizagem em História mais significativa para os alunos.

Assim, tem como objetivo, sensibilizar a comunidade escolar: alunos, professores e, em especial, os funcionários responsáveis pela guarda dos arquivos históricos escolares para a importância de sua preservação, evidenciando o potencial desses documentos como fontes para o desenvolvimento da temática: história e memória da instituição e da comunidade escolar. Busca-se desse modo contribuir para um ensino mais significativo e interessante para os alunos e para um diálogo mais efetivo com a comunidade

escolar e local.

Tal estudo pressupõe o desenvolvimento de hábitos que proporcionem o registro, a conservação e a preservação de objetos dos mais diversos tipos significativos à construção de uma memória, a recuperação do acervo documental permanente, com a participação da comunidade escolar e local, a partir de entrevistas, recuperação de fotos e documentos, que se refiram ao objeto de estudo e a implementação de ações educativas e de exercício da cidadania, gerando a responsabilidade na busca, na valorização e preservação do ambiente escolar.

Trata-se da história e memória da instituição escolar e da comunidade que por ali passou, envolvendo não só a comunidade escolar, como também, a comunidade externa e passada da instituição.

Contudo, a produção desse material não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas a de plantar uma semente em relação à recuperação e preservação da memória local, através do registro, ou seja, armazenamento de informações, a partir do eixo escrito, oral e iconográfico, minimizando paulatinamente a lacuna existente em relação à história e memória deste patrimônio histórico e cultural.

3 - MATERIAL DIDÁTICO

ETAPA 1:

Na primeira etapa, a abordagem de aspectos referentes ao processo de ocupação e colonização do Estado do Paraná será realizada com os alunos da 1ª série do Ensino Médio, através de pesquisas, leituras e interpretação das fontes, previamente selecionadas pelo professor, dando-se ênfase à região norte do Estado, mais especificamente ao norte novo que é a região da qual faz parte o município de Califórnia, inserido nesse contexto a instituição escolar, objeto de pesquisa desse trabalho.

Para tanto, é fundamental desenvolver a reflexão, a descoberta e a elaboração do conhecimento pelos alunos através de exposições orais, análises e debates do tema, propiciando a reelaboração dos textos a partir dessas pesquisas propostas. Dessa forma, o conhecimento construído vai sendo sistematizado no

decorrer das ações, assim como as habilidades vão sendo desenvolvidas.

Essas pesquisas estarão embasadas no referencial teórico de autores que tratam do referido assunto, tais como: Califórnia - documentos e registros da Prefeitura Municipal - Histórico do município desde a fundação. Califórnia - documentos e registros do Colégio Estadual Talita Bresolin - Histórico do Colégio desde a criação. *Camargo (2004)* - Págs. 147 a 152 - Capítulo: XII. O Norte Pioneiro do Paraná: Antecedentes históricos; Reconhecimento da região do Norte Pioneiro; Ocupação efetiva do Norte Pioneiro. *Cernev (1997)* - Págs. 37 a 62 - Capítulo: 2. A Companhia de Terras Norte do Paraná: 2.1 Sua Organização; 2.2 Início da Colonização; 2.3 A Estrada de Ferro; 2.4 A Nacionalização da Companhia; *Wachowicz (1972)* - Págs. 162 a 169 - Capítulo: 15. O Fabuloso Norte do Paraná: Companhia de Terras Norte do Paraná; Colonização Oficial. *Wons (1978*) - Págs. 98 e 99 - Capítulo: 16. Ocupação do Espaço Paranaense: Ocupação pelo Ocidente; Ocupação pelo Litoral.

ETAPA 2:

Na segunda etapa, será aplicado um questionário previamente elaborado pelo professor sobre patrimônio. Essa ação pedagógica tem a intenção de direcionar os alunos a um processo de reflexão sobre o conceito de patrimônio cultural e da importância da preservação dessa herança cultural, contribuindo para desenvolver nos alunos a construção de sua identidade cultural e o exercício da cidadania.

Nesse sentido, todas as etapas que compõe a entrevista terão como indicativo um roteiro pré-estabelecido, ou seja, um questionário estruturado, e, serão orientados e acompanhados pelo professor, que posteriormente fará em conjunto com os alunos, o trabalho de análise e reflexão sobre os resultados, para que essa produção do conhecimento escolar possa contribuir, na medida do possível, à recuperação de informações objetivas sobre o patrimônio cultural e histórico da instituição.

O embasamento teórico para a execução dessa ação pedagógica será nas obras de *Alegro et al (2011)* - Págs. 09 a 18 - Memórias, Histórias Locais e a Construção do Conhecimento Histórico Escolar - Texto produzido por: Cláudia

Prado Fortuna: O lugar das memórias; O Lugar das Histórias Locais. Págs. 70 a 80 - Coleta e Tratamento de Entrevistas - Roteiro para a Educação Básica: Condutas; Etapas de uma entrevista; Processamento da entrevista. *Schmidt e Cainelli (2004)* - Págs. 154 e 155 - Patrimônio Histórico: Patrimônio Imaterial; Patrimônio Material. *Lemos (1987)* - Págs. 7 a 10 - Patrimônio Cultural e Págs. 24 a 110 - Por que preservar? O que preservar? Como preservar?

ETAPA 3:

A terceira etapa se processará com a participação dos professores da área de História e funcionários administrativos do Colégio. Consiste em recuperar, organizar e catalogar o acervo documental do arquivo escolar, composto por fontes documentais escritas e iconográficas, tendo em vista, a importância da preservação, pelo seu valor histórico, de testemunho, e, fonte de pesquisa para a compreensão da história da instituição escolar.

Posto isto, estão incluídos no arquivo histórico escolar todos os tipos de documentos produzidos ou guardados pela instituição de ensino, que são fontes que permite sua percepção e estudo, e contribui para levar pesquisadores, em busca de registros documentais que lhes permita compreender e responder tais problemáticas.

Essa proposta terá como referencial teórico: *LIMA* - Apostila de Noções de Técnica de Arquivo. *Hahn et al (2011)* -Págs. 163 a 174 - Noções de Arquivística e Organização de Arquivos Históricos - Texto produzido por: Cacilda Maesima.

ESTRATÉGIA DE AÇÕES:

O desenvolvimento dessas atividades deve acontecer entre os meses de fevereiro a julho de 2013, sendo proposto um encontro semanal em contraturno ao período de estudos dos alunos da 1ª série matutino do ensino médio e ao trabalho dos funcionários e professores de História.

A avaliação será realizada através de um processo diagnóstico, contínuo e formativo no decorrer da implementação da proposta, de acordo com a participação e o desempenho dos alunos no desenvolvimento das atividades.

4 - ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Nas Diretrizes Curriculares para o ensino de História, diz-se que através da dimensão cultural, nos permitimos conhecer conjuntos de significados que os homens atribuem à sua realidade para explicar o mundo. Partir de um conhecimento prévio, aproveitando a experiência dos alunos, possibilita a construção do conhecimento de um pequeno espaço para outros maiores, de uma época para outras no passado e com projeções futuras.

Os Conteúdos Estruturantes apontam para o estudo das ações e relações humanas que constituem o processo histórico, o qual é dinâmico. Nestas Diretrizes, as relações culturais, de trabalho e de poder são consideradas recortes deste processo histórico.

Ao se propor as relações culturais como um dos Conteúdos Estruturantes para o estudo da História, entende-se a cultura como aquela que permite conhecer os conjuntos de significados que os homens conferiram à sua realidade para explicar o mundo. O professor deverá investigar se os alunos reconhecem a si e aos outros como construtores de uma cultura comum, consideradas as especificidades de cada grupo social e a relações entre eles. Deverá entender como eles compreendem a constituição das experiências culturais dos sujeitos ao longo do tempo e das permanências e mudanças nas diversas tradições e costumes sociais.

Dentre as propostas a serem trabalhadas nas escolas, inclui-se o trabalho com a História do Paraná. Para tanto, este trabalho retoma a memória do patrimônio local, a preservação da memória histórica, tendo por extensão a preocupação em salvaguardar, ou seja, preservar a escola enquanto bem patrimonial, a fim de estimular nos alunos a observação das mudanças e permanências, bem como o senso da preservação do patrimônio histórico-cultural da comunidade local.

Posto isto, a proposta terá como eixo principal a história da instituição escolar, partindo de fontes geradas pela escola para suas atividades.

Nessa proposta serão recuperados desde documentos oficiais, até aqueles mais diversos, como fotografias, recortes de jornais e revistas, diários de classe, cadernos de alunos, provas, livros didáticos, objetos utilizados no

processo pedagógico, além dos registros documentais, os mais variados, que servirão de fontes que permitam sua percepção e estudo, e contribuirá para levar pesquisadores aos arquivos escolares, em busca de registros documentais que lhes permitam compreender e responder a tais problemáticas.

Segundo o texto de Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli, Ensinar História (2004), o estudo da História local pode produzir a inserção do aluno na comunidade da qual faz parte, criando sua própria historicidade e identidade. Ajuda a gerar atitudes investigativas, criadas com base no cotidiano do aluno, além de ajudá-lo a refletir acerca do sentido da realidade social.

4.1 Processos de colonização paranaense: a ocupação portuguesa e espanhola

A partir de 1534, o rei de Portugal, na época D. João III, resolveu implantar no Brasil um processo de colonização para ocupar o território e torná-lo uma fonte de lucro: a divisão da terra em capitanias. Dessa forma, dividiu a colônia em quinze imensos lotes de terra que se estendiam, na direção dos paralelos, do litoral até o limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas. Os lotes foram doados a doze donatários, em caráter perpétuo e hereditário. Os donatários pertenciam à pequena nobreza lusitana. Assim, verificamos que a tarefa de colonizar o Brasil coube inicialmente à iniciativa privada, em virtude da falta de capital do governo português.

As terras paranaenses, segundo o respectivo Tratado, estavam distribuídas em duas capitanias: o litoral norte pertencia à capitania de São Vicente 2 e o litoral sul, à capitania de Sant'Ana. Uma delas, doada a Martim Afonso de Souza - São Vicente 2, na região entre a barra da baía de Paranaguá e Bertioga - São Paulo. A outra, doada a Pero Lopes de Souza, era a de Sant'Ana, que se estendia da barra de Paranaguá até onde fosse legítima, pelo Tratado de Tordesilhas, a ocupação portuguesa.

A primeira tentativa de colonizar o atual Estado do Paraná foi espanhola. O governo espanhol do Paraguai fundou em 1554 a vila de Ontiveros. Mais tarde, essa povoação foi transferida por Ruy Dias Melgarejo para a foz do rio Piquiri, com o nome de Cidade Real de Guairá e, em seu lugar instalou-se a redução de Santa Maria. Em 1576, outra povoação foi fundada pelos paraguaios: Villa Rica

do Espírito Santo, na confluência dos rios Corumbataí e Ivaí.

Segundo Wachowicz (1972, p. 23), após os primeiros desentendimentos entre os jesuítas e a população espanhola no Guairá, fundaram os missionários as duas primeiras reduções, a de Santo Inácio Mini e Nossa Senhora de Loreto, ambas na margem esquerda do Paranapanema, sendo a de Loreto na foz do rio Pirapó.

O número de reduções fundadas pelos jesuítas, às margens dos rios: Piquiri, Ivaí, Paranapanema, Tibagi e Iguaçu, chegaram ao número de treze.

De acordo com Cotrim (1999, p. 114), no início de 1629, arrojou-se contra a região do Guairá a bandeira de Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares, destruindo inúmeras reduções, aprisionando os índios e expulsando os jesuítas Paraná abaixo.

Com a assinatura dos Tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777) passaram definitivamente para Portugal todas as terras conquistadas a oeste da linha de Tordesilhas. Após a eliminação dessas reduções, por mais de cento e cinquenta anos todo o vale do rio Paraná e o norte do estado ficaram sem ocupação do europeu, permanecendo apenas seus habitantes nativos: os indígenas.

Se o Tratado de Tordesilhas tivesse sido obedecido pelos portugueses e espanhóis, a forma geográfica do Brasil seria totalmente diferente da atual. […] a colonização portuguesa do Brasil não respeitou o Tratado de Tordesilhas, expandindo fronteiras com as missões jesuíticas, o movimento dos bandeirantes e a penetração da pecuária. (COTRIM, 1999, p. 110).

Antes que os portugueses se estabelecessem no litoral paranaense, algumas expedições financiadas pela Espanha percorreram parte do nosso território. A primeira em 1526, de Aleixo Garcia, atravessando o território paranaense, na direção oeste, para investigar se havia metais preciosos. Outra expedição espanhola foi a Álvar Nuñez Cabeza de Vaca, entre os anos de 1541 a 1542. Esta foi a primeira travessia leste-oeste, ou seja, do Atlântico ao Rio da Prata.

A ocupação sistemática do litoral paranaense dar-se-á com a descoberta de ouro nos ribeirões da baía de Paranaguá, no início do século XVII. Entretanto, temendo os índios carijós, os bandeirantes paulistas vão estabelecer-se na ilha de

Cotinga. Aos poucos vão fixar-se no continente, surgindo assim, o primeiro núcleo populacional paranaense organizado pelos portugueses: Paranaguá.

Curitiba também surgiu no ciclo do ouro no Paraná, elevada à condição de vila em 29 de março de 1693. Pelo Decreto Imperial nº 704, de 29 de agosto de 1853, surge o Paraná autônomo, deixando de ser a 5ª Comarca de São Paulo, sendo instalado como Província em 19 de dezembro do mesmo ano por Zacarias de Goes e Vasconcelos.

4.2 A Ocupação do Norte do Paraná

De acordo com Wachowicz (1972, p. 162), após o ataque das bandeiras preadoras, às tribos e principalmente às reduções, houve duas incursões à região: “[...] o lendário bandeirante Fernão Dias Leme, percorreu o vale do rio Tibagi, em 1661[...]” e, “[...] no século XVIII, a região foi vasculhada pelo tenente-coronel Afonso Botelho Sampaio e Sousa [...]”. Ambos vasculharam a região em busca de riquezas minerais, no entanto, nenhum povoado estável se formou.

O novo povoamento do norte do Paraná foi iniciado com fins militares, partindo do Barão de Antonina, fundador da Colônia Militar Jataí, na margem direita do Rio Tibagi, em 1855. Juntamente fundaram-se os aldeamentos indígenas: São Pedro de Alcântara e o de São Jerônimo da Serra.

Conforme a época e a origem da respectiva colonização, de acordo com Luz (1999, p. 17), o Norte do Paraná pode ser dividido em três áreas: o Norte Velho, que vai da divisa nordeste com São Paulo até Cornélio Procópio, colonizado entre 1860 e 1925 por elementos paulistas e mineiros. O Norte Novo, delimitado pelos rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema, colonizado entre 1920 e 1950, e o Norte Novíssimo, que se estende do rio Ivaí ao Paraná e Piquiri, colonizado desde 1940 até 1960.

Por volta de 1860, um grupo de mineiros, comandados pelo Major Tomáz Pereira da Silva, chegou ao rio das Cinzas, dando início ao plantio de café e a formação de fazendas no Norte do Paraná. A gleba de área gigantesca do Major constituiu a origem de Tomazina, em 1865. Atraídos pela fecundidade das “terras roxas do Paraná”, esta região começou a receber novos colonizadores, mineiros e paulistas, e em menor escala de nordestinos para plantar café e em menor escala

criar gado.

Esta etapa termina, segundo Nadalin (2001, p. 86), com o início de movimentos de ocupação mais organizados e planejados de modo mais racional. O exemplo notável foi o da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, de origem inglesa, mas nacionalizada durante a Segunda Guerra Mundial. Desde 1925, foi iniciada a compra de terras no norte do Paraná para serem vendidas, preparadas para ocupação, ligadas às áreas viárias existentes. Desde então, foi adquirida uma área contínua que corresponde à décima-sexta parte da área total do Estado, propiciada a vinda de colonos em grande número, não só nacionais como estrangeiros.

Essa Companhia promoveu a ocupação da grande gleba através do planejamento, loteamento e venda das terras, como também a construção de estradas e a implantação de núcleos urbanos para a formação de cidades e patrimônios.

O tamanho médio das propriedades rurais, segundo Luz (1999, p. 42, 43), na região colonizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná era de 10-15 alqueires paulistas (24.200 m2 ou 2,42 há). O maior número era constituído de pequenas propriedades de 5, 10, 15 e 20 alqueires. Eram poucas as propriedades que possuíam área superior a 50 alqueires. A extensão média dos lotes variava de acordo com a localização: 1 a 5 alqueires ao redor dos núcleos urbanos, 5 a 10 alqueires em seguida e nas áreas mais afastadas, acima de 10 alqueires.

Por meio dessa ocupação planejada fundou-se um conjunto de cidades, sendo implantados sessenta e dois núcleos urbanos. A primeira cidade fundada foi Londrina, sede do escritório da CMNP, seguida de outros menores: Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Jandaia do Sul e Mandaguari.

Neste planejamento, o que nos chamou a atenção foi o aspecto estabelecido com relação à distância de cem quilômetros das áreas de colonização que eram destinadas a serem centros econômicos regionais: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. E, quinze quilômetros entre as cidades menores, fundadas como centros intermediários de abastecimento para a população rural.

Para facilitar a venda das terras, a Companhia efetuou intensa propaganda, tendo como estratégia principal, a fertilidade das terras a serem vendidas e incentivando o investimento principalmente aos pequenos agricultores com

promessas de alta produtividade na plantação de café, algodão e cereais. Esta propaganda era realizada através de folhetos para a aquisição dos lotes e na divulgação das vendas em jornais dos Estados do Paraná e São Paulo.

De acordo com Cernev (1997, p. 44), começado por Londrina, foram planejadas sucessivamente mais três núcleos básicos para a colonização: Maringá, Cianorte e Umuarama. A distância média entre esses grandes centros é de aproximadamente 100 quilômetros.

Do município de Londrina, originou-se no ano de 1944: Apucarana e inúmeras outras cidades. Em 1951 foi criado o município de Araruva (atual Marilândia do Sul), este por sua vez desmembrado de Apucarana, e, três anos depois, dividia-se o território de Araruva para dar origem ao município de Califórnia.

Conforme consta no documento da CMNP (1977, p. 253) “[...] de quinze em quinze quilômetros criaram-se patrimônios e vilas de cujo impressionante desenvolvimento surgiu grande número de cidades e municípios […] Sabáudia, São josé do Caiuá, Bom Sucesso, Paraná City, Califórnia, São Pedro do Ivaí e São Jorge em 1954 [...]”.

Assim, dentro desse aspecto, constitui-se o município de Califórnia, cuja fundação deve-se ao engenheiro civil Dr. Alberto Le Veillie Du Plessis, de nacionalidade francesa, que auxiliado pelo topógrafo Menotti Bolinelli, fizeram a medição das terras. Em 1942, os pioneiros iniciaram o desmatamento da localidade e a demarcação dos lotes, iniciando assim, o povoamento que contou com a migração de colonos mineiros e paulistas que deram origem ao novo patrimônio. As primeiras casas foram construídas onde hoje passa a Br 376, no trecho que denomina-se Avenida Ponta Grossa.

No ano de 1949, o povoado foi elevado à categoria de distrito de Marilândia do Sul. Pela Lei nº 253, de vinte e seis de novembro de 1954, foi elevado à categoria de município, sendo instalada oficialmente em 17 de dezembro de 1955, data da escolha do primeiro prefeito do município, Sr. Silvio Pedra Ramos.

Dentro desse contexto, está inserido o Colégio Estadual Talita Bresolin - Ensino Fundamental e Médio, objeto de estudo dessa linha de pesquisa, com envolvimento da comunidade escolar: alunos, professores e funcionários e da comunidade externa à instituição, que com suas práticas e cultura, em diferentes

momentos e contexto, de certa forma também colaborou para a construção histórica dessa instituição de ensino.

4.3 A Importância da valorização do patrimônio histórico escolar

Atualmente, um dos importantes objetivos do ensino da História é contribuir para que o aluno conheça e aprenda a valorizar o patrimônio histórico de sua localidade, de seu país e do mundo. Assim, alguns trabalhos podem ser desenvolvidos, no sentido de tornar esse conhecimento mais próximo dos interesses e da cultura do aluno.

Nas Diretrizes Curriculares para o ensino de História, diz-se que através da dimensão cultural, nos permitimos conhecer conjuntos de significados que os homens atribuem à sua realidade para explicar o mundo. Partir de um conhecimento prévio, aproveitando a experiência dos alunos, possibilita a construção do conhecimento de um pequeno espaço para outros maiores, de uma época para outras no passado e com projeções futuras.

A concepção de patrimônio nasce na forma de herança de caráter cultural, mas também, econômica. A compreensão desta dubiedade é importante para traçar os (des) caminhos do patrimônio desde suas origens até sua transformação em bens culturais.

O patrimônio cultural é o legado que outros povos e civilizações deixaram em nossas terras e que contribuem para perpetuar a memória dos caminhos percorridos. A salvaguarda, difusão, conservação e gestão dos bens aos quais se atribuiu valor patrimonial são procedimentos necessários para preservar as histórias e as identidades que o patrimônio expressa e impedir sua destruição ou descaracterização.

A Constituição federal promulgada em 5 de outubro de 1988, em seu artigo 216, estabelece que:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados, que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

O Patrimônio Material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas-artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis, como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e bens móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

A educação patrimonial ou a valorização dos bens culturais que buscamos partem da relação entre o homem, sujeito, eu o objeto transformado por ele. Com a construção dessa identidade, busca-se que as pessoas envolvidas passem a exercer com mais afinco a sua cidadania, e, por conseguinte, criem uma identidade cultural.

Nesse contexto, a educação patrimonial tem sido considerada como o ensino centrado nos bens culturais, objetivando proporcionar às pessoas, um maior contato com o patrimônio cultural da sua região. Uma vez que o patrimônio histórico é um bem cultural, procura-se incentivar o uso dos objetos, locais, monumentos e prédios históricos para realizar o ensino de história ao mesmo

tempo em que valorizar o patrimônio local para formação da identidade e da cidadania.

Uma falsa oposição que se faz quando falamos em patrimônio é entre preservação ou compreensão do patrimônio (QUEIROZ, 2006), pois não há como pensarmos em preservação efetiva sem antes tratarmos da compreensão, ou seja, do despertar de uma consciência crítica que leve ao conhecimento, a apropriação e valorização de sua herança cultural, levando a reflexão acerca de sua identidade cultural, se reconhecendo nela de forma consciente.

Nesse sentido, ainda segundo Queiroz (2006, p. 02) […] torna-se um poderoso instrumento no processo de reencontro do indivíduo consigo mesmo, resgatando uma auto-estima através da revalorização e reconquista de sua própria cultura e identidade, do perceber seu entorno e a si mesmo em seu contexto cultural como um todo, transformando-se em principal agente de transformação.

A educação patrimonial deve proporcionar o conhecimento crítico e apropriação consciente, levando em consideração a diversidade sócio-cultural e as possibilidades de apropriação, compreensão e preservação do patrimônio.

4.4 O Ensino de História e sua articulação com a história da instituição escolar

Segundo Schmidt e Cainelli (2004), algumas questões precisam ser consideradas ao propor o uso da história local no ensino da História: é importante termos clareza de que uma realidade local não contém em si mesma a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos, econômicos e sociais de uma localidade explicam-se, também, pela relação com outras localidades, por processos históricos mais amplos. É preciso destacar que a utilização da história local como estratégia pedagógica é uma maneira interessante e importante para articular os temas trabalhados em sala de aula.

Ainda segundo Schimidt e Cainelli (2004, p. 139), como estratégia de aprendizagem, a história local pode garantir melhor apropriação do conhecimento histórico baseado em recortes selecionados do conteúdo, os quais serão integrados no conjunto de conhecimento.

Nesta proposição de ensino de História, a história da instituição escolar

que não se limita ao seu âmbito formal, mas envolve a vida cotidiana da instituição, a comunidade escolar que dela fez parte em algum momento, e suas práticas e cultura e os diferentes momentos e contextos para sua compreensão, pode ser um ponto de partida muito proveitoso para a problematização e o ensino da História.

Dessa forma, explora-se sua historicidade e contexto, com relações que vão muito além do local, mas que também o considera e o aluno pode compreender-se como agente histórico, que constrói, modifica ou mantém tais práticas, bem como aqueles que o antecederam e, desta forma, o ensino de História em especial quanto à sua função na sociedade e na escola contemporâneas, carecem de reflexão e de reformulação, tornando-se mais significativo e interessante para alunos e professores, na medida em que estes não se vêm mais excluídos por uma História pronta e acabada, informativa, que não lhes auxilia a compreender sua realidade. A proposição é de que a História pode lhes permitir problematizar sua realidade cotidiana, percebê-la como algo que não é natural, mas que foi construída historicamente, e, portanto, como agentes históricos que são, as escolhas que fazem constituem uma construção histórica.

Nas palavras de Alegro (2011, p. 17), nas experiências de pesquisas voltadas à localidade, estabelece-se um diálogo mais efetivo com um novo paradigma na questão da produção do conhecimento escolar.

Posto isto, o estudo da história local, pode ser visto como estratégia pedagógica. O uso dessa estratégia no trabalho com a história temática exige que se estabeleça, de forma contínua e sistemática, a articulação entre os conteúdos da história local, da nacional e da universal, incorporados ao conjunto do conhecimento.

De acordo com Schimidt e Cainelli (2004, p. 140), atualmente, um dos importantes objetivos do ensino da História é contribuir para que o aluno conheça e aprenda a valorizar o patrimônio histórico de sua localidade, de seu país e do mundo. Assim, alguns trabalhos podem ser desenvolvidos, no sentido de tornar esse conhecimento mais próximo dos interesses e da cultura do aluno.

Esse estudo, segundo Schmidt e Cainelli (2004), pode produzir a inserção do aluno na comunidade da qual faz parte, criar a historicidade e a

identidade dele, gerar atitudes investigativas, criadas com base no cotidiano do aluno, ajuda o aluno na análise dos diferentes níveis da realidade: econômico, político, social e cultural, além de facilitar o estabelecimento de continuidades e diferenças com as evidências de mudanças, conflitos e permanências.

Nesse contexto, está inserido, enquanto objeto de estudo dessa linha de pesquisa, o Colégio Estadual Talita Bresolin - Ensino Fundamental e Médio, sito a Av. José Cunha Netto, 388 - Jardim Santana, no Município de Califórnia, tendo como entidade mantenedora o Governo do Estado do Paraná, cuja finalidade é atender alunos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) e Ensino Médio (1ª a 3ª séries). Criado aos vinte e quatro dias do mês de setembro de 1965 com o nome de Ginásio Estadual de Califórnia, conforme Decreto n.º 19.550, D.O.E. de 27/09/1965, sendo a autorização para o funcionamento dada através da Portaria n. º 7.073/65 D.O.E. de 30/12/1965.

4.5 Conteúdos de Estudo: desenvolvimento da execução da proposta de trabalho a partir do material didático

Procedimento 1:

A busca de informações pelos alunos será realizada a partir de um roteiro de textos, elaborado de acordo com o período e local a que se refere o estudo em questão, uma vez que o tema abordado, ocupação e colonização, permeiam o desenvolvimento da primeira parte das atividades propostas.

Na sequência, por meio do levantamento de questões, procurar-se-á criar situações que levem os alunos que estarão dispostos em grupos, analisar e discutir os textos sobre o assunto abordado e, a partir dessa dinâmica, construir um novo texto, de forma a ampliar o conhecimento dos fatos históricos e possibilitar à compreensão da realidade contemporânea e as complicações do passado em sua constituição, a partir do enfoque e leitura que se faz desses documentos históricos.

Sendo assim, para a execução dessa atividade de ensino, é fundamental o acompanhamento e orientação do professor em cada fase da pesquisa, levando a realização de um trabalho que rompa com o vício de apenas copiar textos de

livros.

Em se tratando da discussão sobre a temática *patrimônio cultural,* a proposta básica é desencadear um processo de reflexão do alunado no que diz respeito ao patrimônio histórico e cultural, com o desenvolvimento de ações educativas que possibilitem o despertar da consciência dos jovens para a preservação do patrimônio cultural do colégio.

Procedimento 2:

A partir dessa compreensão em relação ao patrimônio histórico e cultural, os alunos serão convidados à realização de entrevistas, considero que esta tarefa proposta aos grupos de alunos é relevante, tendo em vista, a possibilidade que o momento proporcionará: a leitura singular de um período praticamente esquecido da história da instituição escolar. Nesse momento, a preocupação com o patrimônio se estende para além da escola, ou seja, junto à comunidade como um todo.

Por meio da coleta desses depoimentos orais, com a direção atual, ex-direções, ex-professores, ex-alunos e familiares da patrona do Colégio, será traçado um perfil do período histórico da época, na tentativa do preenchimento da lacuna existente.

Na impossibilidade da captação do depoimento do principal envolvido, a busca do testemunho será feita através de pessoa (s) que conviveram com o entrevistado ou guardam documentos da época pesquisada. Na ocasião, a solicitação ao entrevistado da doação de documentos, fotos, objetos que retratam o passado da instituição, servirá de subsídio para a recuperação da história local, fonte de pesquisa para compor o acervo do Colégio, possibilitando também, a observação de mudanças e permanências ocorridas no decorrer do período.

Porém, cabe esclarecer que para subsidiar o desenvolvimento dessa proposta, algumas estratégias referentes a noções básicas de técnicas de arquivo, e, que serão considerados somente os documentos que fazem parte do arquivo permanente, ou seja, o conjunto de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados, nele se encontra aqueles gerados pela escola, cujo uso deixou de ser frequente, é

esporádico, e, a preservação do mesmo é de fundamental importância, pelo seu valor histórico, de testemunho.

Procedimento 3:

Nesse sentido, será realizado em primeiro plano uma triagem no local onde se encontra armazenados os documentos. As embalagens deverão ser abertas e o conteúdo ser avaliado e separado por grupo de documentos, que serão posteriormente identificados, recuperados e acondicionados em ordem cronológica, sendo que, as caixas devem conter identificação, explicitando o tipo e o ano dos documentos que contem. É importante que os documentos semelhantes permaneçam juntos para facilitar o manuseio e para que não percam o sentido.

Na composição do arquivo escolar os documentos serão classificados de modo a atender certos padrões básicos para a sua composição, de acordo com normas de descrição arquivística que possibilitem o acesso de profissionais, pesquisadores e usuários do acervo.

Por fim, deverá ser feita a digitação dos documentos para a organização de um banco de dados, para facilitar a operacionalização do acervo.

Essa organização, certamente é um desafio a ser empreendido, onde será realizada inicialmente com o levantamento das fontes, documentos administrativos e pedagógicos, em épocas diferentes.

Procedimento 4:

Ao término, para a divulgação do trabalho realizado, em conjunto com professores, funcionários e alunos, propor-se-á a organização de uma exposição das atividades realizadas, do material coletado e do acervo documental organizado e identificado.

O convite será realizado a comunidade interna e externa à instituição escolar, e ex-diretores, alunos que fizeram parte dos concluintes da primeira turma ginasial, ano de 1969, e aos familiares da patrona da instituição de ensino. Tendo como objetivo: sensibilizar os participantes a respeito da importância da

guarda, preservação e organização do acervo escolar, como fonte essencial, que permitirá o trabalho de professores e pesquisadores, para que possam proceder na análise, investigação e compreensão dos diferentes momentos e contextos, para sistematizar a história da trajetória educacional da instituição enquanto local privilegiado para o exercício e a formação da cidadania.

5 - REFERÊNCIAS

ALEGRO, Regina C.; CUNHA, Maria de Fátima; MOLINA, Ana Heloísa; SILVA, Lúcia Helena (Org.). **Paraná Memórias**. Histórias locais e ensino de história. Projeto contação de histórias do norte do Paraná. Londrina: Eduel, 2011.

BITTENCOURT, Circe (Org.) **O Saber Histórico na Sala de Aula: Repensando o Ensino**. São Paulo: Contexto, 2004.

BRODBECK, Marta de Souza Lima. **O Ensino de História**. Curitiba: Módulo, 2009.

CAINELLI, Marlene; SCHIMDT, Maria Auxiliadora; (Org.). **Ensinar História**. São Paulo: Contexto, 2004.

CALIFÓRNIA - documentos e registros do Colégio Estadual Talita Bresolin.

CALIFÓRNIA - documentos e registros da Prefeitura Municipal.

CAMARGO, João Borba de. **História do Paraná 1500 -1889**. 1. ed. Maringá. Bertoni, 2004.

CERNEV, Jorge. **Liberalismo e Colonização:** O caso do Norte do Paraná. Londrina: Eduel, 1997.

CMNP. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo: Ave Maria, 1977.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em http://portal.iphan.gov.br. Acesso em: 11 abr. 2012.

COTRIM, Gilberto. **História e Consciência do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

DOCUMENTOS e Registros do Colégio Estadual Talita Bresolin

DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José Henrique R.; (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná**: Estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.

FERREIRA, Olavo Leonel. **História do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1984.

GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o norte do Paraná**. Estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.

HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antonio (Org.). **Nas malhas do poder:** história, cultura e espaço social: Fecilcam, 2011.

LEMOS, Carlos A. C. **O Que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LIMA, Fabio Lucio Moreira. **Apostila de Noções de Técnica de Arquivo.** Disponível em www.fortium.com.br/blog/material/arquivologia.pdf***.*** *Acessado em 07 nov. 2012.*

LUZ, France. Maringá: A fase de implantação. In: DIAS, Reginaldo Benedito; SOARES, André Luis Ramos (Org.). **Educação Patrimonial: Relatos e Experiências**. Santa Maria: UFSM, 2003.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações.** Curitiba: SEED, 2001. Coleção História do Paraná; textos introdutórios.

ORSO, Paulino et. al. **A importância do levantamento e da catalogação de fontes para a história da educação brasileira**: um relato preliminar do trabalho realizado em Cascavel - Pr. In: Anais da IV Jornada do HISTEDBR - História Sociedade e Educação no Brasil: História e historiografia da educação. Ponta Grossa: UEPG, 2004.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR). Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o ensino de História**. Curitiba, PR: SEED, 2008.

QUEIROZ, Moema Nascimento. **A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania**. Revista Museu. Disponível em www.revistamuseu.com.br/artigos. Acessado em 11 abr. 2012.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **A preservação da memória enquanto instrumento da cidadania**. Cadernos de Museologia nº 3. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1994.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Editar, 1972.

WONS, Iaroslaw. **Geografia do Paraná**. 3. Ed. Curitiba: Ensino Renovado, 1978.